



Carlito Meress
PT



Kennedy Nunes
PSD



Marco Tebaldi
PSDB



Leonel Camasão
PSOL



Udo Döhler
PMDB

1

Sobre a volta do turno integral de trabalho para os servidores municipais (de manhã e à tarde)

Não aumentará a carga horária dos servidores. Mas garante fazer com que haja atendimento na Prefeitura em horário comercial. Para isso, criaria dois turnos de trabalho.

Não pretende mexer na carga horária. No máximo, faria dois turnos de trabalho, com parte dos funcionários trabalhando de manhã e parte à tarde, fechando seis horas cada.

A ideia é ter atendimento o dia inteiro. Mas não é possível realizar isso, caso haja mais gastos. A medida precisa ser analisada com mais cuidado.

Não aumentaria a carga horária dos funcionários, mas criaria dois turnos para ter atendimento durante todo horário comercial na Prefeitura.

Ainda não analisou esta possibilidade.

2

Planos para o quadro de servidores comissionados

Pretende reduzir o número de comissionados diminuindo o número de secretarias regionais de 14 para cinco gerências.

Quer cortar 30% das funções comissionadas em um primeiro momento. Depois, ampliar isso para 50%. Acredita em poupança de R\$ 10 milhões por ano com a medida.

A ideia é reduzir gastos, não necessariamente a quantidade de cargos. Mesmo assim, pretende reduzir o número de secretarias regionais, mas sem número definido.

Sim. A ideia é cortar 50% das vagas comissionadas imediatamente.

Não. Mas pretende fazer com que aumente o número de funcionários de carreira em cargos comissionados.

3

Propostas para o plano de saúde dos servidores (Vitaserv)

Não irá aumentar o repasse. A ideia é ampliar a oferta de convênios em especialidades como odontologia e oftalmologia.

Pretende fazer com que os servidores tenham um plano que atenda a todos. Mas ainda não tem um modelo estruturado para fazer a mudança.

A ideia é recuperar o plano de saúde atual até incluir todos os servidores.

Pretende buscar opções para substituir o Vitaserv. Abrir negociações com outros planos que possam atender a um número maior de servidores.

Precisa analisar melhor a situação. Mas sabe que precisa injetar mais dinheiro para que o programa contemple mais servidores.

4

Medidas para diminuir o percentual de gastos e respeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que, muitas vezes, é um empecilho para aumentos salariais e investimentos.

Melhorar a arrecadação. Não é possível diminuir os serviços e o corte de comissionados é muito pequeno para dar conta. A ideia é aumentar o retorno do ICMS, diminuir a sonogação de ISS e conseguir que haja menos inadimplência do IPTU. Com isso, o percentual da LRF seria diminuído.

Diminuição do número de secretarias, com corte das secretarias regionais e transformação em subprefeituras. Além disso, o corte de comissionados diminuiria o peso da folha de pagamento.

Ainda não tem um planejamento concreto de como fazer, mas a ideia é reestruturar o quadro funcional, melhorar os serviços e reduzir gastos.

Cortar 50% dos cargos comissionados, além de reduzir pela metade o salário do prefeito e em 30% o do vice-prefeito e secretários de primeiro escalão. Outra medida seria a redução de 70% dos gastos com publicidade institucional.

O orçamento equaciona os problemas, já que a receita sempre irá crescer. O que precisa, segundo o candidato, é melhorar os procedimentos, agilizar os processos e premiar o funcionário.

5

Outras promessas para os servidores municipais

Valorização do servidor com reajuste para as categorias.

Quer criar um plano de cargos e salários para atrair mais médicos para a rede de saúde.

Quer diminuir os custos e fazer um plano de cargos e salários para os funcionários.

Planeja cumprir a lei do piso para o professor, com um terço de hora-atividade. Quer ampliar o plano de cargos da educação para professores da Fundação Cultural e instrutores da Fundação 25 de julho.

Pretende instituir a meritocracia. Ou seja, servidores que apresentarem melhor desempenho no trabalho seriam valorizados e teriam possibilidade de receber aumento.

O PESO DO FUNCIONALISMO

O tamanho da Prefeitura de Joinville

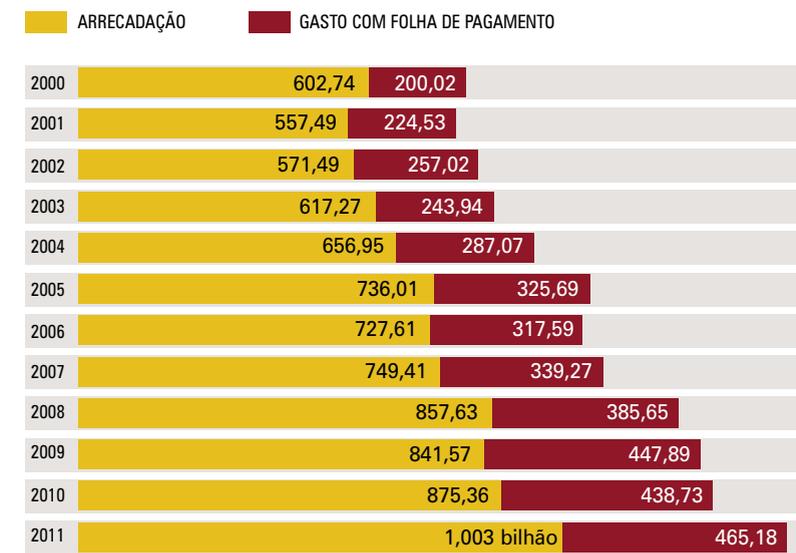


CUSTO MENSAL DA FOLHA DE PAGAMENTO

R\$ 36,5 milhões

Os gastos, ano a ano

EM R\$ MILHÕES, ATUALIZADOS PELO INPC DO PERÍODO



O que é a Lei de Responsabilidade Fiscal?

■ É um dispositivo criado para evitar que governantes gastem mais do que a cidade arrecada e determina que, no máximo, 54% da arrecadação possam ser gastos para pagar a folha salarial dos funcionários públicos. A cada quadrimestre, a Secretaria da Fazenda envia um relatório contábil *online* para o Tribunal de Contas do Estado.

■ Quando a Prefeitura de Joinville alcançou 48,7% do limite da LRF, o TCE enviou automaticamente um alerta para a Secretaria da Fazenda da cidade.

■ Se a folha da Prefeitura alcança 51,3% da arrecadação, o TCE recomenda que funcionários não façam hora-extra e não sejam feitas contratações, só substituições.

■ Se ultrapassar os 54%, o governo tem oito meses para voltar ao limite. Senão, o prefeito é multado em 30% dos seus vencimentos no tempo em que esteve no cargo e sofre processo administrativo.

VITASERV

Plano de saúde para os servidores municipais

5.225 mil

É o número de usuários cadastrados hoje no Vitaserv. Inclui servidores e dependentes. Os planos de saúde são pagos por meio de mensalidades que variam conforme a idade e faixa salarial da pessoa. A mensalidade mais barata custa R\$ 80 e a mais cara, R\$ 450.

R\$ 460 mil

É a soma repassada mensalmente pela Prefeitura para o Vitaserv para o custeio das despesas com os servidores.

R\$ 1,6 milhão

É a dívida que o Vitaserv tinha com a Unimed. Está sendo paga. Em março de 2013, a última parcela será paga.

R\$ 1 milhão

É a dívida do Vitaserv com o Dona Helena. Está sendo paga. Em outubro deste ano, a dívida será quitada.

FONTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE) E PREFEITURA DE JOINVILLE